Fundação de Ponta Grossa

RIBAS SILVEIRA

O povoamento dos Campos Gerais foi começado em 1704, por iniciativa dos nobres potentados paulistas José Góis de Moraes e Pedro Taques de Almeida secundados por outros membros da ilustre linhagem, que no mencionado ano requereram grandes sesmarias no território paranaense, abrangendo desde a margem esquerda do rio Itararé às cabeceiras do rio Tibagi. O povoamento processou-se lentamente devido mela dúzia de fatores adversos, de maneira que, pelo ano de 1820 o bairro de Ponta Grossa contava cerca de Hum mil habitantes, entre homens livres, escravos e gentios, dispersos numa área superior a quatro mil quilômetros quadrados, que se estendia das cabeceiras do rio Tibagi às barraças caudaloso Ivaí.

Entretanto, era um rincão extraordinariamente rico, encerrando mais de três dúzias de fazendeiros abastados e instruídos, que almejavam construir uma cidade independente e progredir, afeitando os benefícios da civilização, tornando-se um baluarte da Pátria, celeiro da província e luzelro da fé cristã.

Aos 13 dias do mês de Julho de 1821 o grupo de fazendeiros abastados do bairro de Ponta Grossa (nome citado em documento de 1771) encaminhou um requerimento a S. M. o Príncipe Regente, por intermédio da Câmara Municipal de Castro, solicitando a autorização para fundar a freguesia de Ponta Grossa, a rôgo da Senhora Sant'Ana. O requerimento não obteve imediata solução, por falta de pessoa prestigiosa que patrocinasse na Córte os interesses pontagrossenses.

Sabendo que o Coronel Luciano Carneiro Lobo, riquíssimo fazendeiro e pessoa muito estimada no paço imperial (que lá estivera por ocasião do casamento de Dom Pedro com numerosa e lúzida comitiva, prodigalizando Cavalhadas e touradas à córte de Dom João Sexto) estava tratando de idêntico negócio com relação à Jaguaruaiva, onde morava, o grupo de Pontagrossenses ilustres delegou poderes a Joaquim Carneiro Lobo para entender-se com seu irmão no sentido do nobre patriarca e chefe militar da região dos Campos Gerais, prestar sua valiosa colaboração à causa pontagrossense.

O Coronel Luciano preparou-se para ir à Córte despachando em sua frente uma bela tropa de quinhentas novilhas, como presente à família imperial. Um mês depois seguiu Luciano Carneiro com destino à Capital do país, sendo carinhosamente recebido no paço de São Cristóvão pelo Imperador Dom Pedro Primeiro, que atendeu rapidamente os seus requerimentos decretando num só dia a fundação de Ponta Grossa e Jaguaruaiva.

No dia 25 de Dezembro de 1823 compareceram à capela denominada Casa de Telhas, situada na atual Vila Vilela, entre as ruas Dom João Sexto e Alvaro Alvim, cerca de trinta fazendeiros do bairro de Ponta Grossa com suas famílias, afim de assistirem a Santa Missa do Natal, celebrada pelo Padre Joaquim Ferreira da

Fonseca, fazendeiro e morador no distrito. Depois da cerimônia religiosa, enquanto os fiéis se aglomeravam ao redor do Vigário para celebrar os batizados, Joaquim Carneiro solicitou aos presentes um minuto de atenção, prometendo-lhes agradável surpresa. Sacou de dentro de um canudo artístico pergaminho, lendo em voz alta o ALVARÁ régio que criava a freguesia de Ponta Grossa.

DECRETO N.º 15 DE 15 DE SETEMBRO DE 1823

"Eu o Imperador Constitucional e defensor Perpétuo do Império do Brasil, faço saber que atendendo ao que por consulta do "Mero" de consciência e ordem subli à minha imperial presença — Hei por bem crear uma nova Freguesia com o rôgo da Senhora Sant'Ana em um lugar visinho da Capela de de Telha, digo Capela denominada Casa de Telha, no bairro de Ponta Grossa, distrito da vila de Castro, do Bispado de São Paulo, ficando desmembrada da mesma villa, servindo-lhe de limites o rio Pitanguy atravessando toda a latitude da vila de Castro e formando um meo círculo que vai fazer barra no rio Yapó, devendo pertencer todos os moradores além do Pitanguy e Tibagy, à esta nova Freguesia. Este se cumprirá como nela se contém, sendo passado pela chancelaria das ordens e valerá como carta posto que em seu efeito haja de durar mais de um ano sem embargo de ordenação em contrário, sendo revestido nos Livros da Câmara do Bispado de S. Paulo, nos da Freguesia e dos que com ela confinarem. Rio de Janeiro, 15 de Setembro de 1823. Segundo da Independência e do Império. Imperador com guarda. (a) Caetano Pinto de Miranda Montenegro".

Finda a leitura do documento os presentes prorromperam em Vivas ao Imperador; Vivas à nova freguesia, e Vivas à Senhora Sant'Ana, protetora perpétua da família Pontagrossense.

Quando serenou o entusiasmo dos convivas, Joaquim Carneiro retomou a palavra: —

— Meu irmão esperou dois meses no Rio de Janeiro para que o Alvará régio fosse registrado nas repartições competentes. Sómente a 18 de Novembro pode Luciano afastar-se da Córte fazendo toda a viagem a cavalo, gastando trinta e poucos dias devido às chuvas.

Depois de observar a assistência durante um minuto, como a pedir-lhes maior atenção, Joaquim Carneiro bradou com entusiasmo: — Aproveitemos a data magna da cristandade para batermos a primeira estaca da futura cidade de Ponta Grossa!

Travou-se amistosa polémica entre os presentes a respeito do local onde deveria ser erigida a primeira Igreja da freguesia, servindo de ponto de irradiação da futura cidade. Domingos Ferreira Pinto, católico fervoroso e que já possuía um oratório em sua fazenda, sediada no local onde atu-

almente se eleva a Igreja de São Sebastião (chácara Madalena, antigamente) pretendia que a futura Matriz fosse erigida em terrenos de sua propriedade junto ao rancho de seu agregado Jerônimo Vieira, à beira da estrada geral das tropas do Rio Grande. Atanagildo Pinto Martins, o bravo sertanista pontagrossense que em 1815 desrobri os campos de Palmas (oferecia larga faixa de terras maravilhosamente planas, no rincão de Uvaranas, para servir de núcleo da futura cidade.

As razões apresentadas por um e por outro grupo se contrabalançavam. Finalmente, Domingos Mariano Ribas, que desfrutava astante prestígio entre os seus conterrâneos, propôs que se elegeisse arbitros da questão a um casal de pombos domésticos. O alvitre foi aceito por unanimidade. Apanharam um pombo na choça de Jerônimo e outro na casa de Atanagildo e os entregaram a um peão de confiança que, acompanhado pelos representantes das partes interessadas, conduziu os colombinos dentro de uma galoa a fim de soltá-los num determinado ponto da estrada, calculando o meo do caminho entre os sítios disputados.

Atanagildo Pinto Martins acompanhado pelos amigos regressou à sua casa na varzea do Jaguarão, todos montados em fogosos cavalos e mul satisfeitos, prelibando a vitória no pleito. Domingos Ferreira com seus parentes se dirigiram ao futuro pátio da Matriz, resando pelo triunfo de seu ideal.

Libertado o par de pombos (ambos machos) no ponto intermediário, com uma fita vermelha amarrada na perninha de cada um as aves fizeram ligeiras evoluções nos ares e foram pousar numa figueira silvestre, existente defronte ao rancho de Jerônimo Vieira na colina tradicional. Estava lançada a semente da futura Princesa dos Campos. Todos concordaram com a providencial escolha, tecendo louvores ao belo panorama que se descortinava. No mesmo dia foi erigida uma cruz ao lado da figueira assinalando o local da Igreja Matriz.

Domingos Ferreira Pinto fez imediatamente a doação de uma área de uns cincoenta alqueires para servir de patrimônio da Igreja, confirmando-a por escritura pública em janeiro de 1830, quando foi intalado o primeiro Cartório da freguesia.

Em Outubro de 1828, Antonio Ferreira da Luz legou à Igreja o rincão da Ronda, com área superior a cem alqueires. Dona Lúcia Ferreira, em 1830, doou terrenos para as bandas da Ronda, confiando com Mingote; logo após, o cidadão Carlos de Oliveira, neto dos antigos hesmeiros, fez doação de vasta gleba ao lado direito da Igreja "indo até o Pontão dos Bugres", isto é, abrangendo grande parte das matas de Olaria. O benemérito pontagrossense Joaquim Procópio de Souza Castro, a 20 de Junho de 1840, entregou por escritura pública à Matriz de Santa Ana grande área de terrenos centrais, a começar do Largo do Rosário rumo ao Norte até o Campo das Orfãs, com divisas naturais bem definidas. Nos anos

posteriores, as famílias tradicionais — Ribas, Ferreira e Martins, ainda doaram pequenas glebas à Igreja de Santa Ana. Nossa prefeitura, desde 1830 começou a traçar o arruamento através dos terrenos da Mitra, sem dar satisfação a ninguém. Os antigos vigários da paróquia e, principalmente o Padre Anacleto, que pontificou durante 37 longos anos, só se preocuparam com o engrandecimento de sua fortuna particular.

Jerônimo Vieira, homem plebeo e trabalhador, por iniciativa própria construiu imediatamente a capela com paredes de tai-

pa leve (estruque)) coberta de taboalhas, que durante mais de dez anos serviu de Matriz à incipiente freguesia.

Os fazendeiros secundaram seus esforços com esmolas, materiais e mão de obra, fornecendo os paramentos para o culto divino, e o fizeram com liberalidade e grandeza.

A igreja matriz definitiva foi sagrada em 1842 preenchendo as honras do culto divino até meados de 1897, em que foi iniciada a construção da Catedral, sob a direção do Padre João Batista de Oliveira, que a inaugurou em julho de 1901.